

Inflação pode favorecer a administração pública

Alexandre Calais
de São Paulo

A volta da inflação dará uma relativa folga à União, estados e municípios este ano. Com os salários do funcionalismo público desindexados, uma inflação de 10% este ano, por exemplo, significaria uma redução de aproximadamente 6% nas despesas com pessoal — levando-se em conta um crescimento vegetativo em torno de 4% da folha de salários. Somente para o governo federal, cuja previsão de gastos com o funcionalismo é de R\$ 52 bilhões este ano, significaria uma economia de R\$ 3,12 bilhões.

Se, além disso, a demanda no País manter-se nos níveis atuais, uma alta de 10% nos preços significa também aumento na arrecadação dos impostos ligados ao consumo (especialmente ICMS, IPI e ISS). Outros impostos não devem sofrer alteração tão significativa porque são, geralmente, atrelados à Unidade Fiscal de Referência (Ufir), que tem correção anual em dezembro. A não ser, obviamente, que o governo mude as regras do jogo.

“Os governos que não contam com uma boa estrutura fiscal gostam dos repiques inflacionários, porque acabam melhorando as contas públicas”, diz o economista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Beluzzo. “O problema vem depois de um tempo, quando os demais agentes passam a exigir correções e indexações.”

Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, diz que a manutenção de uma rígida política salarial — ou seja, nada de reajustes nos vencimentos dos servidores públicos — é a forma mais fácil de os governos ganharem alguma coisa com a inflação. “Manter a economia desindexada é a peça fundamental para a viabilidade do programa de ajuste fiscal”, afirma.

Os governos também contam com outras formas de ganhar com a inflação. Por exemplo, no caso da União, com a emissão de moeda. Levando-se em conta uma base monetária de R\$ 30 bilhões (cerca de 4% do PIB), 10% de inflação signifi-

Impostos indexados, salário do funcionalismo congelado e atraso no pagamento de fornecedores são algumas das fontes de ganho

ficaria emitir mais R\$ 3 bilhões. “Com essa emissão, o governo está apropriando-se do poder de compra que a sociedade perde”, explica o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo (USP).

Outro ganho viria com o atraso nas despesas de custeio ou investimento, como o pagamento a fornecedores. “Cada mês de atraso nesses pagamentos pode significar 1% ou 1,5% de ganho”, diz Langoni.

A inflação foi uma fonte de ganhos usada à exaustão pelos governos brasileiros. No tempo dos preços desembestados, a estrutura de indexação montada para evitar perdas na arrecadação era tão eficiente

que permitia ao administrador público ser incompetente e mesmo assim ter sempre dinheiro sobrando. “Em qualquer país com inflação alta, o normal é a arrecadação cair. No Brasil era o contrário. Os ganhos sempre foram muito mais protegidos do que os gastos”, diz Giannetti.

Claro que, ao longo do tempo, todos foram desenvolvendo suas barreiras contra as perdas. Os fornecedores, por exemplo, sabendo que só iriam receber muito tempo depois por qualquer produto ou serviço, embutiam descaradamente nos preços a previsão de inflação futura, ou muito mais do que isso.

Os ganhos inflacionários ficaram muito mais evidentes depois do Pla-

no Real, quando a economia entrou em um período de estabilidade. “Ficou muito claro o quanto os governos contavam com a inflação para aumentar suas receitas”, diz Paulo Sandroni, economista da Fundação Getúlio Vargas.

Depois do real, toda a estrutura de indexação foi desmontada. Mas as pressões para que volte serão grandes. Empregados vão exigir a reposição das perdas dos salários. Fornecedores, a renegociação de contratos. O grande teste deve acontecer em abril, véspera do reajuste do salário mínimo. “Até lá, a inflação acumulada em 12 meses deve estar em 8% e a pressão para o repasse para o salário será enorme”, prevê a

economista Denise de Pasqual, da consultoria Tendências.

“Qualquer movimento de alta de preços no Brasil assusta, porque a inflação, mais do que na memória, está no DNA do brasileiro”, diz Giannetti. Para ele, os maiores perdedores com a volta da inflação serão os servidores, especialmente os inativos. Se o governo mantiver sua rígida política salarial, significará mais um ano — o quinto consecu-

tivo — sem aumento. Salário que já ficou um pouco menor (11%, no caso dos inativos) após a aprovação da contribuição previdenciária. A inflação só viria morder mais uma fatia do bolo mirrado.